



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO

Lei nº 079/2010,

de 16 de dezembro de 2010

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CONGO – PB A CELEBRAR CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA A CONCESSÃO DE OPERAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, ARRENDAMENTOS MERCANTIL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO CONSTITUCIONAL DE CONGO - PB, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Congo – PB por meio de seu prefeito constitucional, autorizado a celebrar convênios com instituições financeiras para a concessão de operação de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil para os servidores públicos municipais ativos e inativos mediante a consignação em folha de pagamento.

Art. 2º - A consignação das prestações devidas pelo o servidor à instituição financeira em decorrência das operações de créditos aludidos no artigo anterior, somente poderá ser procedida e obedecida pelo órgão responsável pelo o pagamento da remuneração após a devida autorização do respectivo servidor, que será irrevogável e irretratável durante a vigência da operação de crédito celebrado entre ele e a instituição financeira, salvo nos casos de ordem judicial as quais o município dará pronta execução.

Art. 3º - Fica ainda o Poder Executivo Municipal, em consonância com o disciplinamento legal ofertado pelo Banco Central do Brasil, autorizado a editar normas de execução da presente lei, podendo estabelecer as regras procedimentais.

§ 1º - O prazo máximo da vigência contratual de empréstimo para os servidores efetivos e comissionados da prefeitura de Congo – PB será de 48 (quarenta e oito) meses.

§ 2º - O limite máximo de comprometimento do empréstimo em consignação será de 30% (trinta por cento) da remuneração total do servidor, contanto para o referido percentual as parcelas de empréstimos anteriormente contratados.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.


ROMUALDO ANTÔNIO QUIRINO DE SOUSA
Prefeito Constitucional